



## PEC do Orçamento Impositivo é aprovada em primeiro turno

Proposta de emenda constitucional torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública. Se aprovada no segundo turno de votação, PEC seguirá para a Câmara dos Deputados

Waldemir Barreto/Agência Senado



PEC do Orçamento Impositivo recebeu emendas no Senado, entre elas a que estabelece a vinculação progressiva de receitas orçamentárias da União para a saúde

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, por 62 votos a 9, a Proposta de Emenda Constitucional 22A/2000, conhecida como PEC do Orçamento Impositivo. A votação foi antecedida por reunião entre os líderes da base aliada e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Saudada pelos efeitos no orçamento da saúde, a PEC também sofreu duras críticas de senadores contrários, que a acusaram de engodo. **5**

### Telefônicas asseguram proteção a dados

Na CPI da Espionagem, representantes de empresas negaram qualquer compartilhamento de dados dos clientes com companhias estrangeiras. **3**



Vanessa Grazziotin, presidente da CPI da Espionagem, e Ricardo Ferraço (2º à dir.), relator, ouvem representantes das empresas de telefonia móvel Claro, TIM, Oi e Vivo

Lia de Paula/Agência Senado

**Vai a Plenário fim da ajuda de custo para parlamentar reeleito **2****

**Comunidades querem lei de desenvolvimento sustentável **6****

**Técnicos da Funai denunciam extração ilegal em terras indígenas **7****

**Avança projeto que aumenta verba para transporte coletivo **4****

**Brasil vai cobrar redução do efeito estufa durante evento da ONU **7****

Pedro Franco/Agência Senado



### Inclusão escolar deve ser opcional, para especialistas

A matrícula de alunos com deficiência no ensino regular ou em escolas especializadas deve ser uma escolha da família, segundo participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão

de Educação, com educadores. O senador Cyro Miranda lamentou que crianças com deficiência que haviam sido convidadas para acompanhar a reunião foram impedidas de entrar. **8**

Presidente da Comissão de Educação, Cyro Miranda (2º à dir.) coordena debate com a procuradora da República Eugênia Gonzaga (D)

# Comissão elimina ajuda de custo em caso de reeleição

Proposta da senadora Ana Amélia acaba com auxílio pago ao parlamentar reeleito, senador que se elegeu deputado e vice-versa, sob o argumento de que não há gasto com mudança e transporte

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de decreto legislativo (PDS 151/2013) que veda o pagamento da ajuda de custo a parlamentares

reeleitos. A proposta, de Ana Amélia (PP-RS), proíbe o pagamento inclusive no caso em que um deputado é eleito senador ou vice-versa. Como a ajuda de custo é destinada

a compensar as despesas com mudança e transporte, a senadora entende que o pagamento é indevido no caso de reeleição, já que o parlamentar não tem que retornar ao estado e, conseqüentemente, não terá despesas adicionais.

“A alteração irá ampliar a busca da isonomia entre os parlamentares e os demais cidadãos”, afirmou Ana Amélia na justificativa da proposta, que vai ao Plenário. Para o relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), o texto contribui para a moralidade administrativa e o bom uso de recursos públicos.



Ana Amélia (D), autora da proposta, considera que o texto busca isonomia



Manana Kobakhidze (3ª à esq.) convidou Renan para a posse de presidente eleito

## Renan recebe vice-presidente do Parlamento da Geórgia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a primeira-vice-presidente do Parlamento da Geórgia, Manana Kobakhidze. Ela o convidou para a posse, em 17 de novembro, do presidente Giorgi Margvelashvili, eleito presidente em 27 de outubro com 62% dos votos, inaugurando o sistema parlamentarista naquele país.

Renan agradeceu o convite

e prometeu para breve uma visita à Geórgia com uma delegação do Grupo Parlamentar Brasil-Geórgia. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Humberto Costa (PT-PE) também participaram da reunião. Manana Kobakhidze agradeceu o apoio do Brasil às negociações de Genebra entre Geórgia e Rússia sobre as regiões de Ossétia do Sul e Abecásia.

## Arquivado pedido de criação de CPI da CBF

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário o arquivamento do pedido de criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigaria denúncias de abuso de poder econômico nas eleições de dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol e de federações de futebol. Isso porque nove senadores retiraram apoio.

Mário Couto (PSDB-PA), autor da proposta, pediu os nomes dos desistentes.

— Quero que a nação saiba quais os senadores que não querem fiscalizar uma confederação corrupta e federações corruptas — afirmou.

Ele acusou Zeze Perrella (PDT-MG) de ter trabalhado pela retirada de assinaturas. Perrella confirmou a

informação e disse considerar que uma CPI não seria boa para o país às vésperas de se disputar a Copa. Ele acusou Couto de ter tido problemas com o presidente da Federação Paraense de Futebol, Antonio Carlos Nunes de Lima.

— Ele resolveu fazer uma CPI da CBF para tentar arrastar a federação paraense. Eu trabalhei para que essa CPI

não acontecesse e o senhor não pode dizer que não sou do bem. Eu sou — afirmou.

Mário Couto informou que vai colher novas assinaturas para criar a CPI. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentaram o arquivamento, enquanto Wellington Dias (PT-PI) defendeu o direito de quem desiste de apoiar uma CPI.



Mário Couto e Zeze Perrella discutem sobre requerimento da CPI da CBF

## Casildo registra prêmio da Câmara para gestão transparente



Casildo Maldaner (PMDB-SC) comunicou os agraciados com o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, concedido ontem pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara. Na categoria Sociedade Civil, foi premiado o presidente da Tractebel Energia, Manoel Torres, e na categoria Governamental, o procurador Aureo Marcus Makiyama. Ele disse que o prêmio serve como incentivo à luta contra irregularidades.

— Que mais e mais práticas como essa possam se disseminar pelo país, contribuindo para a consolidação da cidadania — afirmou.

## Paulo Davim lembra centenário de Manoel Villaça



Paulo Davim (PV-RN) registrou ontem o centenário de nascimento do ex-senador Manoel Villaça. Pernambucano radicado em Natal, o pediatra ocupou uma cadeira na Casa entre 1966 e 1971, mesmo ano em que morreu, aos 58 anos.

De acordo com Davim, Villaça foi membro da Comissão Mista de Estudo do Projeto da Constituição, vice-presidente da Comissão de Saúde e titular das Comissões do Polígono da Seca e de Finanças. Foi também ministro da Saúde, presidente do Conselho Nacional de Saúde e secretário de Educação do Rio Grande do Norte.

## Simon lançará Fé e Política na Feira do Livro de Porto Alegre



Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou ontem que o livro *Fé e Política*, de autoria dele, será lançado amanhã na 59ª Feira do Livro de Porto Alegre. A obra traz reflexões sobre a eleição do primeiro papa latino-americano, Francisco, as ideias e atitudes dele.

— Gente quem diz que não se surpreendeu com a escolha do arcebispo de Buenos Aires e mais ainda quem imaginava um papa com ideias tão renovadoras, atos tão inesperados.

O livro também trata da renovação na política brasileira. Para Simon, a sociedade não admite mais que a política seja feita apenas nos gabinetes.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO Voto aberto**  
14h Proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto no âmbito do Legislativo pode ser votada hoje em sessão deliberativa do Plenário.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.
- CI Segurança na internet**  
7h30 A segurança cibernética é tema de audiência da Comissão de Infraestrutura. Antes, haverá o lançamento da revista *Em Discussão!*, com o tema “Mobilidade urbana”. A comissão analisa a indicação de Carlos Fernando do Nascimento para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.
- CDR Crédito rural**  
9h A Comissão de Desenvolvimento Regional examina projeto que modifica os parâmetros de renegociação das dívidas oriundas de operações de crédito rural lastreadas em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.
- SUBCOMISSÃO DA VERDADE Retireiros**  
9h30 A Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça debate o conflito agrário em Luciara (MT) com retireiros do Araguaia. Foi convidado o presidente da Associação dos Retireiros do Araguaia, Rubem Sales.
- CCJ Direção de concessionárias**  
10h Na pauta, projeto que altera a Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos para vedar a participação de ocupantes de mandato eletivo e parentes na gestão de concessionárias de serviço público.
- CAE Mudanças no ISS**  
12h Exame de projeto que reforma o Imposto sobre Serviços (ISS) na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.
- CCT Telecomunicação na Amazônia**  
14h Projeto que torna obrigatória a universalização de serviços de telecomunicações para localidades da Amazônia Legal consta da pauta da comissão, que vota ainda autorização para serviços de radiodifusão.
- SEGURANÇA PÚBLICA Debate**  
14h30 A comissão temporária destinada a debater o financiamento da segurança pública e propor soluções para o problema promove audiência pública.
- CMO Crédito suplementar**  
14h30 Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise de projeto que autoriza crédito suplementar de R\$ 62 milhões para o Ministério da Justiça.
- MERCOSUL Isenção a carros elétricos**  
14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul examina projeto que isenta de IPI os carros elétricos.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, audiência pública da **Comissão de Serviços de Infraestrutura**; e, na sequência, reunião da **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Representantes das companhias telefônicas que atuam no país garantiram que os contratos com empresas estrangeiras estão de acordo com a lei e preveem proteção ao sigilo dos dados dos usuários

## Telefônicas garantem sigilo de dados de clientes

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem, diretores das quatro maiores companhias telefônicas que operam no Brasil garantiram que as empresas que dirigem não repassam qualquer tipo de informação ou dados sigilosos para instituições ou empresas, sejam públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras.

Os representantes da TIM, Nelson de Sá; da Oi, Marcos Augusto Mesquita; da Claro, Ivan Campagnoli; e da Vivo, Ari Falarini, afirmaram à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Espionagem que as quatro telefônicas seguem à risca a legislação brasileira, que prevê a inviolabilidade e o sigilo das comunicações de cidadãos e instituições. Eles afirmaram que interceptações telefônicas ou de outros tipos de comunicação só são feitas em atendimento a ordem judicial e que possíveis ataques ou invasões a esses dados são crimes previstos na legislação. Os representantes das empresas disseram que o trabalho de prevenção e vigilância para evitar esse tipo de acesso aos dados dos clientes é contínuo.

A audiência foi solicitada pelo relator da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele lembrou que



Relator da CPI, Ferraço fala com o representante da Oi, Marcos Mesquita

o jornalista norte-americano Glenn Greenwald já prestou dois depoimentos no Senado e em ambas as ocasiões disse ser possível que as empresas de telefonia que operam no Brasil tenham acordos de fornecimento de informações para telefônicas estrangeiras. A primeira pergunta de Ferraço aos diretores foi sobre a existência desses acordos apontados por Greenwald.

Todos os diretores responderam que os contratos de conexão com outras empresas nacionais ou estrangeiras para tráfego de dados contêm regras de confidencialidade para proteção dos dados dos usuários.

### Vigilância

O diretor da Oi Marcos Mesquita afirmou que todos os sistemas de comunicação sempre foram e serão vulneráveis, de

alguma maneira, a invasões não autorizadas. Mas essas tentativas ou atos invasivos servem, segundo afirmou, para manter a tecnologia de segurança em constante evolução. O diretor advertiu que a legislação precisa acompanhar os avanços tecnológicos.

O diretor da Oi foi categórico ao classificar as observações de Greenwald de “infundadas e não comprováveis”.

— A proteção à inviolabilidade dos clientes é o maior ativo de nossa empresa — pontuou.

Ele acrescentou que mesmo a NSA, a mais poderosa entidade de espionagem cibernética do mundo, nas palavras dele, também foi espionada por Snowden, que vazou dados sigilosos da agência. Para ele, isso mostra a necessidade de aprimoramento contínuo dos sistemas de segurança.

## Ministro deve discutir faixa para celular 4G

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) convidará o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, para discutir regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que muda a destinação da faixa de 700 megahertz,

usada por canais de TV aberta, para telefonia e internet de quarta geração (4G).

O convite ao ministro, aprovado em reunião da CCT de ontem, foi sugestão de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que quer discutir as consequências

do uso da faixa de TV aberta para a banda larga 4G. Também devem ser convidados o presidente do Conselho Diretor da Anatel, João Batista de Rezende, e representantes da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) e da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão.

O regulamento para o novo uso de radiofrequências na faixa de 700 megahertz prevê mecanismo para evitar interferências no sinal dos canais de televisão aberta. O uso da frequência para a rede de celulares pode baratear esse serviço para a população.



Raupp e Aloysio na reunião da CCT que decidiu convidar o ministro Paulo Bernardo

## Concessionárias terão que avisar sobre término de descontos

As concessionárias de telecomunicações deverão avisar os usuários sobre o fim de descontos de tarifas e preços com antecedência mínima de 30 dias. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado 18/2012, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na Comissão de Meio Ambiente (CMA), o PLS 18/2012 havia sido aprovado na forma de um substitutivo ao projeto original do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que pretendia também vedar a concessão de descontos com base em “critério subjetivo” pelas prestadoras de serviços e proibir que o prazo para os descontos fosse inferior a 12 meses.

Mas o relator na CMA, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), rejeitou esses dispositivos por considerar o

conceito de critério subjetivo exposto no projeto “muito vago”, o que poderia cercear os princípios constitucionais da livre iniciativa econômica e da defesa do consumidor. Limitar o prazo de descontos restringiria desproporcionalmente a atividade econômica e desestimularia a concessão de descontos pelas concessionárias, o que acabaria por prejudicar os consumidores, argumentou Rollemberg.

O relator na CAE, senador Walter Pinheiro (PT-BA), acolheu o substitutivo e o relatório dele foi lido pelo senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP).

Depois de passar pela CAE, a proposta seguirá para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em decisão terminativa.

## Walter Pinheiro comemora pagamentos via celular

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou ontem o anúncio do Banco Central de que será possível efetuar pagamentos usando telefones celulares, cartões pré-pagos e de crédito e moedas eletrônicas. O senador observou que a medida beneficiará principalmente os brasileiros que não têm acesso a bancos, como os cadastrados nos Programas Bolsa Família, Garantia-Safra e Bolsa Estiagem.

— Qual é o problema de as pessoas poderem movimentar

isso como quem movimentava o dinheiro em plástico, que é o cartão de crédito, ou de outras formas, para que o sistema bancário possa, efetivamente, chegar à

vida das pessoas? — questionou, lembrando que o Brasil tem atualmente 270 milhões de usuários ou assinantes de telefones celulares, dos quais 80% são pré-pagos. O senador é autor de um projeto de lei (PLS 635/2011) que cria o pagamento móvel, em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia.



José Cruz/Agência Senado

## Vanessa Grazziotin: Abin age legalmente, ao contrário dos EUA

A espionagem de funcionários estrangeiros pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em 2003 e 2004, divulgada por jornais brasileiros, não pode ser comparada ao monitoramento do governo dos Estados Unidos, disse ontem a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Segundo Vanessa, a Abin não usou qualquer método ilegal, enquanto os EUA violaram sigilos, atingindo inclusive presidentes de nações, em

“quase todos os países do mundo”. Para a senadora, a defesa contra a espionagem americana não é uma questão de governo, mas de Estado e de direitos humanos. A parlamentar informou que a CPI da Espionagem, da qual é presidente, tem acompanhado o caso. “Os Estados Unidos tentam colocar outros países na mesma rinha”, criticou, referindo-se ao que chamou de manipulação da imprensa de vários países pelos EUA.

# PRECONCEITO

VIRE ESSA PÁGINA

# Transportes coletivos podem ter mais recursos da Cide-Combustível

Proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos também prevê destinação de recursos para construção de ciclovias

PROJETOS DE INFRAESTRUTURA urbana de transportes coletivos ou não motorizados, como corredores expressos e ciclovias, poderão receber no mínimo 5% dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre combustíveis. A previsão consta de projeto de lei do Senado (PLS 11/2013) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De autoria do senador Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), o projeto faz um acréscimo na Lei 10.636/2002, que já prevê como objetivos da aplicação dos recursos da Cide-Combustíveis, entre outros, a diminuição do tempo de deslocamento dos usuários



Antonio Carlos Rodrigues quer incrementar investimento no transporte coletivo

do transporte público coletivo e a melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, como assinala o autor, historicamente, “esses recursos pouco têm sido utilizados para as destina-

ções constitucionais, sendo frequentemente retidos no caixa do Tesouro Nacional para a composição de superávits primários”.

Ao mesmo tempo, acrescenta, é notória a dificuldade

com que lidam os governos municipais e estaduais quanto a investimentos em transportes coletivos. “O resultado dessa iniquidade, que inverte o princípio jurídico e moral da prevalência do interesse coletivo sobre o individual, tem sido a formação quilométrica de engarrafamentos cotidianos e a restrição generalizada ao direito de ir e vir no território urbano, tanto em relação aos pedestres quanto no que se refere aos próprios condutores de veículos”, afirma o autor do projeto na justificativa.

O relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), manifestou-se favoravelmente à proposta, que será votada, em decisão final, pela Comissão de Infraestrutura (CI).

## Orçamento aprova crédito de R\$ 62 milhões para a Polícia Federal

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 10/2013) que abre crédito suplementar de R\$ 62 milhões para a Polícia Federal emitir passaportes até o fim do ano e ajudar no controle migratório nos Aeroportos de Guarulhos (SP) e Galeão (RJ).

Os recursos sairão do superávit financeiro das multas de processos judiciais, cujo saldo, descontados os créditos já usados e os recursos previstos na proposta, chega a R\$ 413 milhões.

O relator, deputado Nilton Capixaba (PTB-RO), argumenta que a medida ajudará no cumprimento do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei 12.593/2012). A proposta segue agora para análise do Plenário do Congresso.

(Da Agência Câmara)

## Comissão começa a discutir hoje projeto de reforma do ISS

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), marcou para as 12h de hoje a leitura do relatório de Humberto Costa (PT-PE) ao projeto de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre reforma do Imposto sobre Serviços (ISS).

O projeto (PLS 386/2012 — Complementar) trata da prevenção da guerra fiscal entre municípios à tributação de novos serviços, como computação em nuvem. O objetivo é eliminar dúvidas sobre o tratamento tributário a ser dispensado a esses novos produtos e serviços e diminuir a dependência dos municípios em relação às transferências constitucionais, como as do Fundo de Participação

dos Municípios (FPM) e as quotas dos Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Após pedido de vista coletiva encabeçado por Wilder Morais (DEM-GO), a CAE adiou para a próxima semana a votação do PLS 106/2013, de Paulo Bauer (PSDB-SC), sobre compensação das perdas dos estados com a redução das alíquotas interestaduais do ICMS. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou novo substitutivo aceitando várias emendas, entre elas a de Delcídio do Amaral (PT-MS), com ajustes na programação de redução das alíquotas interestaduais.

## Indústria da saúde pede incentivo fiscal

Importar produtos para a saúde sai mais barato do que comprar de empresas brasileiras, garantem os convidados da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir a desoneração de impostos para a indústria nacional.

Os principais consumidores são instituições filantrópicas, entidades públicas e sem fins lucrativos, que pagam 30% além do valor do produto em impostos, afirmou o representante do Ministério da Saúde,

Eduardo Jorge Valadares.

Segundo Paulo Henrique Fraccaro, presidente da associação das indústrias do setor, foram vendidos R\$ 14,7 bilhões em produtos para a saúde em 2012, dos quais a produção nacional participou com apenas 39%. Como o maior consumidor é o Sistema Único de Saúde, a dependência externa acaba onerando o Estado, afirmou Fraccaro.

Para a senadora Ana Amélia (PP-RS), o Brasil precisa incentivar a indústria de produtos para a saúde.

— Não há dúvidas: um país que faz [um programa como o] Mais Médicos não pode ir na contramão e não incluir os setores estratégicos para a saúde — disse.

Porém, para o enviado do Ministério da Fazenda, Alexandre de Andrade, é necessário um estudo mais profundo antes de decidir sobre desonerações.

O presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), disse que quer aguardar os resultados do levantamento antes de tomar qualquer decisão.



Presidente da CAS, Waldemir Moka (C) discute com especialistas os impactos da desoneração de produtos do setor

## Plenário se solidariza com vítima de violência doméstica

A operadora de caixa Mara Rúbia Guimarães, que teve os dois olhos perfurados com uma faca de cozinha pelo ex-marido, em Goiânia, recebeu no Plenário do Senado o apoio de várias senadoras e deputadas federais. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamou da inação do Ministério Público e da Secretaria de Segurança de Goiás em relação ao caso, mesmo após terem sido demandados pelas Procuradorias da Mulher da Câmara e do Senado.

— Não recebemos nenhuma resposta no sentido de

que pelo menos a Justiça está sendo buscada — protestou a senadora.

Também a senadora Ana Rita (PT-ES), presidente da

Comissão de Direitos Humanos, criticou o Ministério Público de Goiás por tentar, segundo ela, “desqualificar o caso de Mara Rúbia”, referindo-

-se ao parecer emitido pelo órgão concluindo que o ex-marido não teve a intenção de matar a vítima. Já a senadora Lídice da Mata (PSB-BA),

alertou para a necessidade de as Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara acompanharem o andamento do processo de Mara Rúbia.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que falará hoje com o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, sobre o caso. Manifestaram ainda solidariedade a Mara Rúbia os senadores Benedito de Lira (PP-AL), Ana Amélia (PP-RS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) e Sérgio Souza (PMDB-PR).



Mara Rúbia, de óculos escuros, recebe o apoio de senadoras e deputadas, que cobram providências sobre o caso

Proposta que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares e vincula recursos à saúde foi aprovada no primeiro de dois turnos de votação a que será submetida

# Avança aprovação do orçamento impositivo

O SENADO APROVOU ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 22A/2000, que torna obrigatória a execução de emendas parlamentares ao Orçamento da União e cria uma fonte de financiamento estável para a saúde pública.

A PEC do Orçamento Impositivo foi aprovada por 62 votos a favor e 9 contra. O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que, por acordo de

líderes, os destaques serão examinados hoje. A medida passará por mais uma votação antes de retornar à Câmara.

A proposta obriga o governo a liberar emendas até o limite de 1,2% da receita corrente líquida. Metade do valor deverá ser destinada à saúde.

O relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), incluiu a obrigação de que, até 2018, 15% da receita líquida seja aplicada no setor, que terá R\$ 64 bilhões nos próximos cinco anos.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) defendeu a proposta por “fazer justiça aos pobres do Brasil”. Waldemir Moka (PMDB-MS) reiterou a importância das emendas à saúde para financiar o setor.

Wellington Dias (PT-PI) salientou “o quanto quem é prefeito, secretário de Saúde, profissional, gestor, considera importantes esses recursos para dar melhores remunerações”. José Agripino (DEM-RN) considerou um passo à frente no pacto federativo.

Vários senadores manifestaram posição contrária. Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), não passa de um “engodo”

que não tornará o Orçamento impositivo. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) alertou para os escândalos que podem surgir a partir da proposta. Para Humberto Costa (PT-PE), que se disse contra a emenda constitucional, “mais absurdo ainda é ser impositivo”.

Cícero Lucena (PSDB-PB) sublinhou a responsabilidade do Congresso diante da deficiência da saúde.

— A boa gestão, a tecnologia, o acesso, tudo isso passa pela questão dos recursos — disse.

Jader Barbalho (PMDB-PA) lamentou que até hoje não se trata o tema com seriedade.

— É um instrumento quase que de ficção, tratado de forma irrelevante — afirmou.

Já José Sarney (PMDB-AP) lembrou os avanços.

— Quando fui presidente, não tínhamos a noção do que era um orçamento, tínhamos quatro: o fiscal, o monetário, o das estatais e o da Previdência Social. Se hoje temos uma peça de ficção, naquele tempo era anterior à ficção. Extinguimos esses quatro, unificando o Orçamento da República, que é o que hoje temos — disse.



Líderes da base aliada ao governo se reúnem com a ministra Ideli Salvatti

## Votação foi decidida em reunião de líderes aliados com ministra

A votação da PEC do Orçamento Impositivo foi acertada ontem à tarde em reunião entre os líderes da base aliada ao governo e a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Ideli elogiou o relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM), por garantir mais recursos para a saúde. Hoje, cada deputado e cada senador tem direito a indicar R\$ 15 milhões no Orçamento da União. Para não criar problemas de caixa, o governo

terá de liberar 1,2% da receita líquida bruta.

Segundo ela, na prática, os parlamentares terão o pagamento de R\$ 12,8 milhões, desde que reservem metade do valor para a saúde. Ela destacou que o governo também vai repassar mais dinheiro para o setor.

— Vai ser uma votação muito importante. Passaremos a ter a obrigatoriedade de 15% da receita da União também comprometida com investimentos na área da saúde.

## Dornelles põe em dúvida eficácia de imposição limitada

Francisco Dornelles (PP-RJ) fez restrições à PEC do Orçamento Impositivo. Disse ter dúvidas quanto à eficácia da proposta e apontou o risco de o Executivo pautar o Legislativo.

— Eu, em tese, sou totalmente favorável ao orçamento impositivo para tudo. Agora, esse orçamento impositivo voltado somente para as emendas, eu tenho muitas restrições e dúvidas sobre a sua eficiência — afirmou.

Dornelles disse que vai acompanhar a votação, já que houve consenso, mas vê no processo de análise da proposta de orçamento impositivo “um caminho para o Executivo pautar o Legislativo”.

Ele criticou o excesso de burocracia na discussão da peça orçamentária.

— A discussão do orçamento, em decorrência da Constituição, é muito burocratizada. Você fala em reforma tributária, em reforma da Previdência, você tinha

que ter uma grande reforma orçamentária.

Dornelles também celebrou o adiamento da análise do projeto que dá autonomia ao Banco Central (PLS 102/2007). O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que desistiu de colocar a matéria em votação este ano. Renan explicou que, como governo e oposição são contrários à proposta, o debate foi “interditado” no Congresso Nacional.

— No momento em que houve resistência à votação, eu acho que o assunto tem que ser amadurecido — comentou Dornelles.



Dornelles critica grande burocracia na discussão do Orçamento

### Regras

#### EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA DE EMENDAS

até 1,2% da receita corrente líquida da União do ano anterior (sendo metade — 0,6% — em saúde)

15%

da receita corrente líquida para a SAÚDE (com base no valor empenhado no ano anterior + variação nominal do PIB)

Escala para chegar aos 15%:

2014	13,2%
2015	13,7%
2016	14,1%
2017	14,5%
2018	15%



Movimentação no Plenário do Senado durante sessão deliberativa que votou ontem a PEC do Orçamento Impositivo

## Proposta vincula receitas para a saúde

A busca por um acordo para a PEC do Orçamento Impositivo atrasou a votação, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLN 2/2013). O texto acabou sendo votado pela CMO em 24 de outubro, antes da aprovação da PEC pelo Senado. Agora, a votação da LDO pelo Congresso está prevista para 19 de novembro.

De acordo com o texto da PEC aprovado em primeiro turno, é obrigatória a execução de emendas parlamentares até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) da União no exercício anterior. O texto original previa o limite de 1%, que foi aumentado após acordo do governo com a base aliada. Desse total, 50%, ou seja, 0,6% da RCL terá que

ser aplicada na área de saúde.

Outro aumento dos recursos para a saúde, incluído durante a tramitação no Senado e aprovado em primeiro turno, foi a previsão de que a União destine 15% da RCL para a área. Atualmente, somente os estados e municípios têm percentuais definidos pela lei que regulamentou a Emenda Constitucional 29.

# PREVENÇÃO

VIVA COM MAIS SAÚDE

## Armando critica exclusão de cidades do Canal do Sertão



Waldemir Barreto/Agência Senado

Armando Monteiro (PTB-PE) lamentou ontem as mudanças feitas no projeto do Canal do Sertão, que levará água potável para o Sertão do Araripe (PE).

Ele enfatizou a importância do empreendimento para os mais de 500 mil habitantes que sofrem com a estiagem. A obra, afirma, é uma das soluções estruturais para combater a seca.

— Representa uma oportunidade ímpar de interiorização do desenvolvimento para o Sertão do Araripe, um antigo anseio da população.

O senador explicou que, em outubro, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) retirou várias cidades do projeto, reduzindo a área irrigada de 110 mil hectares para 33 mil.

## Eduardo Suplicy quer união para libertar brasileira na Rússia



Waldemir Barreto/Agência Senado

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ontem a união de forças pela libertação da bióloga brasileira Ana Paula Maciel, presa na Rússia, desde 19 de setembro, com mais 29 ativistas do Greenpeace durante protesto contra a exploração de petróleo em área do Ártico onde há três reservas naturais.

Suplicy informou que o presidente do Senado, Renan Calheiros, mandou carta à Assembleia Federal da Rússia pedindo que a brasileira seja libertada. Além disso, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, instruiu o embaixador em Moscou, Fernando Barreto, a assinar uma “carta de garantia” para que ela aguarde o processo em liberdade.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Representantes de quilombolas, pantaneiros, ciganos e outros povos tradicionais ocupam Plenário durante audiência

# Comunidades tradicionais pedem aprovação de projeto

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes apontaram a necessidade de estabelecer em lei uma política de desenvolvimento sustentável para as comunidades tradicionais

CENTENAS DE REPRESENTANTES de quilombolas, índios, ciganos e pantaneiros defenderam a aprovação urgente do Projeto de Lei 7.447/2010, de autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que estabelece diretrizes e objetivos para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Durante quase quatro horas, eles foram ouvidos ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e reclamaram também do preconceito, da intolerância religiosa e da falta de representatividade.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo Campos, reconheceu a dívida do Brasil com as comunidades e disse que a aprovação do PLC 7.447/2010 é importante para garantir políticas de Estado, e não de governo.

— Para haver políticas públicas duradouras, é preciso uma norma, um marco legal, caso contrário as ações não têm estabilidade e podem ficar restritas a um determinado governo — argumentou.

Depois de ouvir muitas

reclamações, principalmente dos ciganos, relativas a falta de direitos básicos, Campos garantiu que o MDS tem a meta de trazer todas as comunidades tradicionais para dentro de programas sociais do governo, como o Bolsa Família, inclusive dos que não têm endereço fixo, situação em que se enquadram muitos grupos ciganos no país.

## Representatividade

A ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, lembrou que o PL 7.447/2010 foi proposto por um parlamentar negro, o que demonstra a existência, ainda que tímida, de representação dos afrodescendentes num espaço de poder como o Congresso.

— A luta pela aprovação do PL é justa, mas não é o fim. É preciso uma mudança na cara do Parlamento para termos aqui dentro ouvidos que nos ouçam e cabeças e corações que nos entendam — afirmou a ministra, que defendeu um percentual mínimo para negros nos Legislativos.

Já a assessora da Secretaria de Direitos Humanos da

Presidência da República Deise Benedito informou que existem 64 lideranças quilombolas inseridas no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos por estarem sendo ameaçadas de morte.

Deise defendeu a votação do PLC 4.471/2012, do deputado Paulo Teixeira (PT-SP), que extingue os autos de resistência, medida administrativa criada durante a ditadura e até hoje usada pela polícia militar no registro de assassinatos cometidos por policiais.

— Os jovens negros são as maiores vítimas da violência policial, portanto cobrem de seus deputados federais e senadores a aprovação imediata deste projeto, que pode garantir a investigação dos crimes cometidos pelos policiais — pediu.

No fim da audiência pública, Ana Rita (PT-ES) informou que a Comissão de Direitos Humanos do Senado vai apoiar a aprovação dos PLCs 4.471/2012 e 7.447/2010 e disse que o colegiado está à disposição para receber as demandas apresentadas na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

## Acir Gurgacz registra melhoria na área da saúde em Rondônia



Waldemir Barreto/Agência Senado

Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou ontem o progresso na saúde pública em Rondônia, avaliando positivamente o esforço do governo para reverter o agravamento da situação do setor no estado. Em pouco mais de dois anos de parceria da União com o governo estadual, o número de internações aumentou mais de 300%.

Segundo o senador, a demanda por serviços de saúde no estado cresceu muito, mas a união de esforços resultou em “melhorias significativas”. Gurgacz elogiou o Programa Mais Médicos, que já levou 35 médicos a Rondônia, e lembrou a liberação de recursos federais para o Hospital Regional de Ariquemes por meio da emenda que apresentou ao Orçamento da União.

## Ana Amélia desaprova isenção para produtos médicos estrangeiros



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) pediu ontem que a Receita Federal estenda a desoneração tributária válida para os produtos médico-hospitalares importados também aos fabricantes nacionais. A senadora explicou que, pelo modelo atual, os hospitais e órgãos de saúde pública e instituições filantrópicas da área têm isenção tributária para importar produtos que são fabricados no Brasil com a incidência de vários tributos.

Ana Amélia explicou que o déficit na balança comercial é de R\$10 bilhões, sendo que pouco mais de R\$ 3 bilhões se referem à compra de produtos, sejam medicamentos ou equipamentos hospitalares que poderiam ser fabricados no Brasil, gerando emprego e renda.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Audiência revela exploração ilegal em terras indígenas

Extração de madeira, diamantes e outros recursos naturais vem ocorrendo por omissão ou mesmo permissão de autoridades públicas. Proposta em tramitação no Congresso cria regras para a atividade

A FALTA DE regulamentação e fiscalização e a omissão das autoridades competentes para coibir a extração ilegal de madeira e diamantes em terras indígenas levaram um procurador da República a autorizar a derrubada de árvores nos territórios, mesmo sem haver previsão legal para tanto, para “quitar débitos” com madeireiros e outros atravessadores. Foi o que denunciaram dois técnicos indigenistas da Fundação Nacional do Índio (Funai) que participaram ontem de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA).

O caso denunciado reforça, de acordo com os senadores participantes da reunião, a necessidade de aprovar uma lei que permita a exploração legal e sustentável, com pagamento de tributos e destinação de recursos para promover o bem-estar dos índios.

— Não podemos mais fazer vistas grossas a essa questão. A exploração de recursos naturais dentro das reservas é uma realidade e, muitas vezes, com consequências trágicas — disse o presidente da comissão, Blairo Maggi (PR-MT).

Valdir de Jesus Gonçalves e José Nazareno de Moraes apresentaram documentos e fitas de vídeo para comprovar a autorização ilegal concedida pelo procurador da República Reginaldo Pereira da Trindade, que, segundo eles, promoveu mais devastação da Floresta



Blairo (C) ouve as denúncias dos técnicos da Funai Valdir de Jesus (E) e José Nazareno

Amazônica e instigou outras etnias a pleitear o mesmo tratamento. Outro caso mencionado pelos técnicos indigenistas diz respeito à exploração ilegal de diamantes nas terras dos índios cintas-largas, no garimpo Roosevelt. Os debatedores pediram ajuda da comissão para apurar as responsabilidades dos que se omitiram ou permitiram as irregularidades mencionadas.

## Sustentabilidade

O coordenador-geral de Gestão Ambiental da Funai, Jaime Siqueira, afirmou que a instituição não é contrária à exploração sustentável de recursos naturais das terras indígenas e cobrou do Congresso a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, que traz essa previsão e foi diretamente negociado com várias etnias.

— Não há uma visão romântica nem radical no sentido de que não devemos aproveitar os recursos dentro de terra indígena, desde que seja

regulamentado e devidamente discutido com os indígenas. No estatuto, existe certo consenso em relação a essas questões — lembrou.

Vários senadores participantes da reunião se disseram estarecidos com as denúncias. Cícero Lucena (PSDB-PB) chegou a questionar se não seria o caso de instalar uma comissão parlamentar de inquérito e sugeriu a convocação da presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, e do procurador Reginaldo Trindade para esclarecimentos. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do requerimento de audiência, afirmou que a Funai é conivente por não impedir as ações ilegais.

Ivo Cassol (PP-RO) lembrou que o problema ocorreu quando era governador de Rondônia e afirmou que a responsabilidade pela extração ilegal, permitida pela ausência de fiscalização das esferas federais, acaba recaindo sobre as costas dos governadores.

## Brasil vai cobrar compromissos para redução do efeito estufa

O Brasil vai cobrar, principalmente dos países mais desenvolvidos, compromissos efetivos de redução das emissões de gases do efeito estufa. Também vai propor a realização de uma ampla consulta pública sobre o tema em cada país. Essas são algumas das propostas que a delegação brasileira apresentará na 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19), segundo informou o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho ontem no Senado. Ele participou de audiência da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

O embaixador, que será o principal negociador brasileiro no evento da Organização das Nações Unidas (ONU), marcado para o período de 11 a 22

de novembro, em Varsóvia, Polônia, afirmou que hoje os países ricos estão imersos em certo imobilismo diante dos compromissos para conter a elevação da temperatura global.

Ele citou dados do mais recente relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) que revelam a emissão de 440 partes por milhão de gases do efeito estufa na atmosfera, já bem próximos do limite (500 ppm) e que podem elevar a média da temperatura da Terra em dois graus Celsius.

— Temos que trabalhar para romper o imobilismo e a inércia de compromissos, principalmente por parte dos países desenvolvidos. Precisamos de ações imediatas — disse Carvalho.



Marcondes de Carvalho ao lado da presidente da comissão, Vanessa Grazziotin

## Comissão da MP da Lei da Seca faz nova reunião hoje

A reunião da comissão que analisa a medida provisória da Lei da Seca (MP 623/2013), prevista para a tarde de ontem, foi adiada por falta de quórum. O presidente da comissão, deputado federal José Airton (PT-CE), convocou nova

reunião para hoje, às 14h30.

O relatório da MP já havia sido aprovado na semana passada, mas o presidente da Câmara, Henrique Alves, decidiu devolver a MP porque o relatório aprovado trataria de assunto diverso.

## Mário Couto questiona gastos do governo pagos com cartões

Mário Couto (PSDB-PA) criticou ontem os elevados custos do governo federal com viagens e cartões corporativos, citando os R\$ 74 mil gastos para servir caviar nos voos da Força Aérea Brasileira e frisando que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, “só come caviar” nas viagens. “Ninguém aguenta mais. Isso é uma falta de respeito com o povo brasileiro”, protestou, lembrando que os brasileiros já pagaram, em 2013, cerca de R\$ 1,3 trilhão. Ele criticou ainda o sigilo sobre os gastos com cartões corporativos, ressaltando que deputados e senadores não têm acesso aos dados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Flexa Ribeiro aponta fragilidade da economia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) alertou ontem para o déficit primário do setor público de R\$ 9,05 bilhões em setembro, revelado pelo Banco Central, tido como o pior resultado nos últimos 13 anos. Para o senador, isso demonstra a fraqueza da economia brasileira e o gasto desordenado do governo. Ele lembrou que somente este ano já foram recolhidos quase R\$ 1,4 trilhão em impostos, observando que, de janeiro a setembro, a arrecadação do governo central aumentou 8% na comparação com o mesmo período de 2012, enquanto as despesas dispararam 13,5%.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Humberto Costa critica os que apostam no pessimismo

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem os defensores do “quanto pior, melhor”, que têm criado “um quadro artificial e de pessimismo” no país. Para ele, não há razão para pessimismo, citando como exemplo os ganhos sociais recentes, superiores a qualquer período da história do país. O senador ressaltou que, embora “as vezes agourentas” apontem sempre para a economia, o governo tem reafirmado o compromisso com o rigor fiscal. “As contas públicas estão em ordem e a inflação, sob controle. Por que então querem criar esse clima de pessimismo?”, questionou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## NOVEMBRO AZUL: TROQUE O PRECONCEITO PELA PREVENÇÃO

O câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, atrás apenas das doenças cardíacas. Por isso o Congresso Nacional apoia e participa do Novembro Azul - campanha mundial de conscientização dos homens para a necessidade da prevenção à doença. O exame de próstata não tira a masculinidade de ninguém e o diagnóstico precoce aumenta muito as chances de cura. Troque o preconceito pela prevenção e viva com mais saúde.

# Debatedores: aluno deficiente deve ter escolha

Especialistas defenderam, em audiência ontem, a proposta da Câmara que não exclui o direito das famílias de optar pelo ensino regular ou especializado para os filhos com deficiência

criança, adolescente, jovem e adulto (com deficiência) precisa? E onde ele pode ser bem atendido? — disse o ex-senador e atual secretário de Educação do Paraná, Flávio Arns, que tem um filho de 38 anos com deficiência intelectual.

O RESGATE DO texto aprovado pela Câmara para a Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE) — que estabelece a universalização do atendimento escolar preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência de 4 a 17 anos — foi reivindicado, ontem, pela maioria dos participantes da audiência pública da Comissão de Educação (CE).

A redação da Câmara garantiria a inclusão de pessoas com deficiência na escola regular, sem desconsiderar o direito desses alunos e das famílias de optar por escolas especiais.

— Todo mundo na classe comum é radicalismo. É uma falta de respeito com a família, com a comunidade e até de humanidade. Duas perguntas precisam ser feitas: Do que essa

## Atenção diferenciada

Arns encaminhou à CE — onde o PNE (PLC 103/2012) está em análise e será relatado por Alvaro Dias (PSDB-PR) — documento do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) pela manutenção do texto aprovado pela Câmara para a Meta 4. O pleito contou com o apoio ainda de Patrícia Luiza Rezende, dirigente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis); José Turozi, vice-presidente da Federação Nacional das Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais); e Ana Cristina Correia e Silva, vice-diretora do Centro de Ensino Especial 1 do Distrito Federal.

— Será que a inclusão em escola comum é o mais indicado



Audiência da CE debate a Meta 4 do Plano Nacional da Educação, sobre inclusão de alunos com deficiência na escola regular

para todas as pessoas com deficiência? As escolas especiais não existem para separar grupos nem ferem o direito de crianças de conviver com os pais, mas para garantir o direito à educação se a pessoa desejar ali se escolarizar — sustentou Ana Cristina.

O representante das Apaes fez um apelo ao governo para que a entidade seja parceira na inclusão escolar.

— É preciso consultar os

interessados na inclusão: alunos e familiares. A inclusão proposta acarretará mais exclusão — avaliou Turozi.

A dirigente da Feneis criticou o modelo de inclusão escolar defendido pelo Ministério de Educação. Patrícia reivindicou o direito dos surdos de estarem em escola regular, mas bilíngue, com a língua brasileira de sinais (Libras) como língua natural e o português como segunda língua.

## Convidados não podem sofrer constrangimento

A presença de ouvintes nas reuniões das comissões do Senado voltou a ser tema de debate no Plenário. A razão, dessa vez, foi o tratamento dispensado a pessoas com deficiência que ontem tentaram acompanhar audiência da Comissão de Educação (CE) sobre o Plano Nacional de Educação. De acordo com o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), 28 crianças convidadas foram impedidas de entrar pela Polícia do Senado, acusada por ele de ter agido com truculência.

— Embora houvesse um requerimento com o nome deles na portaria e o Senado tivesse cedido o transporte, foram frustradas as crianças, os pais, a comissão e os senadores — disse o senador.

Por sugestão do senador Wellington Dias (PT-PI), a Mesa Diretora estuda permitir a entrada de qualquer pessoa autorizada pelo presidente da comissão promotora do evento, que assumirá a responsabilidade.

## Senadores veem proposta com moderação

“Uma escola não exclui a outra.” A frase — do vice-presidente da Federação Nacional das Apaes, José Turozi — resumiu, segundo Alvaro Dias, a essência do debate de ontem na CE.

Para Alvaro, a opinião da família sobre a inserção desses alunos no ensino regular precisa ser considerada. Ele quer agregar, ao texto do PNE, uma espécie de “lei da responsabilidade educacional”, com punições em caso de descumprimento das metas.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fizeram apelo pela “despolitização”

do debate sobre a Meta 4 do PNE. Cristovam disse que a inclusão é importante, mas só educação inclusiva não prepara a criança para enfrentar a convivência pós-escola. Rollemberg defendeu a liberdade de escolha das famílias.

Posição de moderação foi apresentada ainda por Lindbergh Farias (PT-RJ), que presidiu Subcomissão sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e tem uma filha com síndrome de Down.

— Meu conselho é: bota na escola regular. Mas, como presidente da comissão, aprendi que também há especificidades — reconheceu

Lindbergh, lembrando que, ao contrário dele, o senador Wellington Dias (PT-PI) tentou, mas não conseguiu, incluir a filha com autismo na rede regular de ensino.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) também endossaram o movimento pela inclusão escolar de alunos com deficiência.

Já a secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação, Macaé Maria dos Santos, defendeu a escola inclusiva, sem desconsiderar o ensino especializado complementar.

## Rollemberg: ensino regular ou especial deve ser opção



Waldemir Barreto/Agência Senado

Os pais de crianças com deficiência e as próprias crianças devem ter o direito de escolher se elas vão estudar em escolas regulares ou em centros de ensino especial, defendeu Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). O tema foi debatido ontem na Comissão de Educação (CE), que analisa o Plano Nacional

de Educação (PNE). Pelo PNE, todas as pessoas, de 4 a 17 anos, com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades devem ter acesso à educação básica, preferencialmente na rede regular de ensino. Para Rollemberg, se os alunos com deficiência forem obrigados a frequentar o ensino regular, pode haver um processo de exclusão, visto que muitas escolas ainda não atendem as necessidades desse público.

## Alvaro espera que Plano de Educação se torne estatuto



Moreira Natividade/Agência Senado

Alvaro Dias (PSDB-PR) declarou ontem em Plenário esperar que o Plano Nacional de Educação (PNE) se torne um Estatuto da Responsabilidade Educacional, impondo normas que sejam respeitadas pelos entes públicos.

— Que este Plano Nacional de Educação seja mais um estatuto da cidadania brasileira — afirmou.

Alvaro citou a audiência da Comissão de Educação, em que, avaliou, os senadores fortaleceram o compromisso suprapartidário de valorizar o ensino especial no PNE. Mas advertiu que nem sempre a lei aprovada corresponde à lei cumprida.

— Pretendemos nos aproximar do que possa ser considerado ideal em educação e assistimos ao confronto entre o ideal e o possível — observou.

## Paim anuncia a 6ª Semana da Primeira Infância



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem, em Plenário, o lançamento, no dia 18, da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que reunirá legisladores, representantes do Executivo e do Judiciário e gestores públicos e privados, especialmente na área de educação, saúde, desenvolvimento social e direitos humanos.

O evento visa sensibilizar autoridades e sociedade para a necessidade de maior atenção à primeira infância, período que vai da concepção aos 6 anos.

— Que nós todos abracemos, com muito carinho, a causa da primeira infância e desejo que sejam extraídas desse evento excelentes propostas para o bem não só das crianças, mas do nosso país, de toda nossa gente e de todo o nosso povo — disse.